

**Nº processo :** 747256  
**Natureza :** CONSULTA  
**Data da Sessão :** 02/07/2012  
**Relator :** CONS. JOSÉ ALVES VIANA

### **Resumo da Tese reiteradamente adotada**

**EMENTA:** CONSULTA – PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO – DESPESA COM AQUISIÇÃO DE VALE-TRANSPORTE – ALOCAÇÃO NOS 40% DO FUNDEB RELATIVOS ÀS “DEMAIS DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO ENSINO” – NECESSIDADE DE LEI ESPECÍFICA PARA INCLUSÃO DOS PROFISSIONAIS EM PROGRAMA MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR – RESUMO DE TESE REITERADAMENTE ADOTADA – PRECEDENTES: CONSULTAS N. [753.449](#), [716.243](#), [719.701](#), [715.950](#), [686.882](#), [655.694](#) E [843.564](#).

A inclusão dos profissionais do magistério em programa municipal de transporte escolar deverá se dar por meio de lei específica, observando-se os dispositivos legais concernentes, e as respectivas despesas poderão ser alocadas nos 40% (quarenta por cento) do FUNDEB relativos às “demais despesas com manutenção do ensino” (Consulta n. [843564](#)).

Tratam os autos de consulta formulada pelo Sr. Celso Cota Neto, Presidente da Associação Mineira de Municípios - AMM, na qual indaga acerca da plausibilidade de se computar as despesas com concessão de vales transporte aos servidores da educação para fins de apuração do índice constitucional de aplicação no ensino.

O processo foi distribuído ao então Conselheiro Antônio Carlos Andrada, e, em seguida, encaminhado à unidade técnica, que produziu o relatório de fls. 16/25.

Aos 23/5/12, o processo foi redistribuído à minha relatoria.

Formulada em conformidade com os requisitos regimentais, conheço da consulta.

Verifico tratar-se de questionamento já enfrentado por esta Corte de Contas em outras oportunidades, tendo-se firmado tese incontroversa, a teor do disposto nas Consultas n.os 753.449, 716.243, 719.701, 715.950, 686.882 e 655.694. Destaco ainda a Consulta n.º 843.564, que motivou a emissão de resumo de tese reiteradamente adotada, reproduzido a seguir, in totum:

“A inclusão dos profissionais do magistério em programa municipal de transporte escolar deverá se dar por meio de lei específica, observando-se os dispositivos legais concernentes, e as respectivas despesas poderão ser alocadas nos 40% (quarenta por cento) do FUNDEB relativos às ‘demais despesas com manutenção do ensino’”.

Dessa forma, amparado nas disposições do art. 4º da Decisão Normativa n.º 02/11, deixo de submeter a questão à deliberação do Tribunal Pleno, ficando a cargo dessa Secretaria as providências cabíveis, em especial aquelas indicadas no parágrafo único do dispositivo mencionado.